

REFLEXÕES SOBRE O CERIMONIAL DA ENTRADA DO BISPO DOM FREI ANTÔNIO DO DESTERRO NA DIOCESE DO RIO DE JANEIRO (1747)

LUCAS DOMINGUES TORRES DO NASCIMENTO*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo promover uma reflexão sobre o cerimonial da entrada do bispo Dom Frei Antônio do Desterro na diocese do Rio de Janeiro (1747). Deste modo, será realizada uma interpretação da estrutura do ritual de entrada episcopal e por meio dela buscar-se-á empreender uma análise da dinâmica social da sociedade fluminense em meados do século XVIII. A partir disso, será possível delinear como as diferenças e hierarquias eram legitimadas por meio do cerimonial, a forma com que o lúdico projeta e representa o social, as estratégias de afirmação do poder episcopal e o funcionamento dos mecanismos de manutenção da ordem. Posto isso, partindo de um exame dos aspectos ritualísticos, pretende-se oferecer uma contribuição para o campo da História Social do período colonial mediante uma maior compreensão das relações entre cultura, política e sociedade no Antigo Regime.

Palavras-chave: Entrada Episcopal; Rio de Janeiro; Dinâmica Social.

Abstract: This paper intends to discuss the ceremonial entrance of Dom Frei Antônio do Desterro in Rio de Janeiro's diocese. Thereby, it will be done an interpretation about the ritual structure of the episcopal entrance that will permits the analyses of the social dynamic of the fluminense society in mid-eighteen century. The paper will identify how the difference and hierarchy were legitimated by the ceremonial, the way the ludic can project and represent the social sphere, the affirmation strategies of the episcopal power and the operation of mechanisms of the order maintenance. By analysing the ritual aspects, the paper intends to contribute to the Social History of the colonial period by offering a comprehension of the relations between culture, politic and society in Ancient Regime.

Keywords: Episcopal Entrance; Rio de Janeiro; Social Dynamics.

Este estudo aborda o cerimonial da entrada do bispo D. Antônio do Desterro, um dentre os ritos católicos que ocorrem no bispado do Rio de Janeiro ao longo do século XVIII. O nosso

Nota de pesquisa recebida em 21 de novembro de 2016 e aprovada para publicação em 26 de novembro de 2016.

* Graduando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq. E-mail: lucas.dominguestorres@gmail.com

documento base – *Relação da entrada que fez o Excellentissimo, e Reverendíssimo senhor D. Antonio do Desterro Malheyro Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747 havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola donde por nominação de Sua Magestade, e Bulla Pontifica, foy promovido para esta Diocesi*¹ – tem um longo título, algo comum em obras do século XVIII. Pode ser encontrado na Biblioteca Nacional, mais precisamente na Coleção Barbosa Machado, que faz parte do acervo de Obras Raras da instituição. Contudo, também pode ser consultado na sua versão digitalizada, disponibilizada pela Biblioteca Brasileira Digital da USP.²

O objetivo do presente artigo é promover uma leitura da relação da entrada do Bispo Dom Frei Antônio do Desterro na diocese do Rio de Janeiro (1747). Deste modo, será realizada uma interpretação da estrutura do cerimonial da entrada episcopal e através dela examinaremos a dinâmica social da sociedade do Rio de Janeiro em meados do século XVIII. Entretanto, antes de chegarmos nestas questões nevrálgicas, devemos apresentar algumas informações introdutórias, porém essenciais, para compreensão deste trabalho.

A Relação da entrada (...): informações introdutórias

A *Relação da entrada (...)* é uma narrativa que informa sobre o cerimonial da entrada de um bispo em sua diocese. Ela relata a cerimônia na qual o prelado toma posse do seu bispado. Relato esse que vai da viagem dele e de sua comitiva para a diocese em que vai exercer a função episcopal até os festejos que acontecem na cidade em comemoração pelo acontecimento.

O documento em questão apresenta em seu frontispício dados relevantes sobre a produção do relato. Conta com o nome do bispo que realizou a entrada, as circunstâncias de sua nomeação, o nome do escritor do documento, o local e ano em que foi feito e a indicação da instância que deu a licença para que pudesse circular. Desta feita, a partir deste momento, trataremos de cada um desses pontos, endossando as informações documentais com relatos historiográficos, quando possível.

O bispo Dom Frei Antônio do Desterro governou o bispado do Rio de Janeiro entre 1745 e 1773. O mesmo foi nomeado por Dom João V, sendo esta decisão confirmada por Bula

¹ CUNHA, Luiz Antônio Rosado da. *Relação da entrada que fez o Excellentissimo, e Reverendíssimo senhor D. Antonio do Desterro Malheyro Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747 havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola donde por nominação de Sua Magestade, e Bulla Pontifica, foy promovido para esta Diocesi. Composta pelo Doutor Antonio Rosado da Cunha Juiz de Fóra, e Provedor dos defuntos, Capellas, e Resíduos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Na Segunda oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, Anno de M.DCC.LXVI. O documento, a partir de agora, será citado apenas como “Relação da entrada (...)”.

² Disponível para consulta em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/03908100#page/1/mode/1up>> (Acessado em 15/11/2016)

pontifícia de Bento XIV, como informa a “Relação da entrada (...)”³, o que se enquadra na lógica do Padroado Régio, na qual o monarca português nomeia o bispo e a escolha é legitimada pelo papa.

Filho dos fidalgos Ventura Malheiro Reimão e Páscoa Pereira Ferraz, Antônio do Desterro Malheiro Reimão nasceu em 13 de Junho de 1694, em Viana de Lima, na Província do Minho (Portugal). No ano de 1711, professou como beneditino no Mosteiro de Tibães. Formou-se em Teologia pela Universidade de Coimbra e, em 1737, foi eleito abade do colégio de Nossa Senhora da Estrela de Lisboa. No exercício dessa função, em 1738, foi escolhido para suceder o bispo D. Frei Manoel de Santa Catharina no Bispado de São Paulo de Luanda, em Angola, onde permaneceu por seis anos, até 1745. Neste ano, foi nomeado para substituir D. Frei João da Cruz (1740-1745) à frente da diocese fluminense. Sendo assim, chega ao Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 1746 e realiza sua entrada pública na cidade em 1º de janeiro de 1747.⁴

Como destaca Beatriz Catão Cruz Santos, D. Antônio do Desterro era um religioso de mentalidade reformista que estava inserido na Jacobeia, que era um

movimento surgido no início do século XVIII, que preconizava a transformação do catolicismo português através de um rigorismo moral e uma atitude de austeridade, que correspondesse a uma verdadeira espiritualidade. Propunha a realização de diversos exercícios espirituais e a valorização dos sacramentos, especialmente a penitência, tal como fora definida no Concílio de Trento.⁵

Cabe ressaltar que a postura reformista do prelado também era reflexo, como indica o trecho supracitado, das disposições do Concílio de Trento (1545-1563) que visavam a dar maior disciplina ao corpo clerical. Este, por sua vez tinha um papel de destaque na sociedade do Antigo Regime.

O caráter reformador e rigorista do seu bispado pode ser indicado pelo fato de ele ter colocado “em prática um conjunto de medidas destinadas a implementar a reforma da Igreja, garantindo o ministério da fé e a preservação da ortodoxia no território sobre o qual se estendia

³ CUNHA, Op. cit., frontispício.

⁴ Estas informações sobre o bispo D. Antônio do Desterro foram obtidas em ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1820, vol. 5. PEREIRA, Ana Margarida Santos. A legislação sobre escravos no episcopado de D. Frei Antônio do Desterro, Rio de Janeiro (1747-1773). In: OLIVEIRA, Anderson José Machado de; MARTINS, William de Souza (Orgs.). *Dimensões do catolicismo no Império português (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 267-295. SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Reflexões sobre um percurso de pesquisa: o Mosteiro de São Bento e o culto de São Gonçalo do Amarante. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Arquivos paroquiais e História Social na América lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 303-328.

⁵ SANTOS, Op. cit., p. 310.

a sua jurisdição”.⁶ Desterro almejava seguir a agenda Jacobeia, o que significava renovar a obrigação dos párocos com respeito à ministração dos sacramentos e ritos de sepultamento, “instaurar a disciplina, reformar os costumes e promover o fervor da fé, tendo em vista o restabelecimento da vida moral e religiosa da Igreja e dos seus fiéis (...).”⁷ Ademais, é notável a preocupação que o bispo tinha com a população de escravos africanos e negros forros, o que é constatado mediante a análise da legislação durante seu bispado, como elucida Ana Margarida Santos Pereira.⁸ Vale mencionar que as iniciativas do prelado relativamente à população de escravos, grande parcela da sociedade colonial fluminense do século XVIII, podem ter sido suscitadas pela aproximação com os africanos no período em que esteve à frente da diocese de São Paulo de Luanda, na Angola. Essa hipótese foi levantada pela historiadora que citamos anteriormente.⁹

O autor da *Relação da entrada (...)* foi o doutor Luiz Antônio Rosado da Cunha. O próprio documento informa bem pouco sobre este indivíduo. Ele teria sido “Juiz de Fóra, e Provedor dos defuntos, e auzentes, Capellas, e Residos do Rio de Janeiro”¹⁰. Além disso, teria oferecido, no dia 11 de dezembro de 1746, uma Noite Ática em homenagem ao bispo, em que foi apresentada a ópera *Felinto Exaltado*, evento particular e que contou apenas com a participação de membros da alta sociedade colonial fluminense.¹¹

Rosado é uma personalidade fugidia para a qual há poucas informações. Porém, uma documentação do Conselho Ultramarino, recentemente encontrada no Projeto Resgate, acervo de documentos digitais da Biblioteca Nacional, tem sido um caminho para uma maior compreensão sobre ele. O trabalho de análise destas fontes ainda está em andamento, no entanto, já podemos assinalar que elas nada revelam sobre a relação existente entre o doutor e o bispo D. Frei Antônio do Desterro. Por isso, ainda aguardamos o encontro de novas documentações para avançarmos na compreensão deste aspecto, que permanece obscuro.

As circunstâncias de impressão do documento são muito peculiares. A *Relação da entrada (...)* foi provavelmente a primeira obra impressa no Brasil, em um contexto de censura dos impressos, das ideias e dos meios de divulgação por parte da Metrópole Portuguesa. A obra foi impressa em 1747, no Rio de Janeiro, mais precisamente na segunda oficina tipográfica de

⁶ PEREIRA, Op. cit., p. 269.

⁷ Ibidem, p. 269-270.

⁸ Ibidem, p. 267-295.

⁹ Ibidem, p. 268.

¹⁰ CUNHA, Op. cit., frontispício. Ao citarmos trechos do documento, utilizaremos sempre a linguagem original, sendo assim, não atualizaremos a ortografia para o português usual. Desse modo, poderemos manter uma maior integridade e fidedignidade do relato.

¹¹ CUNHA, Op. cit., p. 7.

Antônio Isidoro da Fonseca, português que fecha sua primeira tipografia em Lisboa e viaja para as terras fluminenses, ao que tudo indica, por interesses de natureza econômica e financeira. Contudo, dois pontos são problemáticos e merecem ser salientados.

Primeiramente, a segunda oficina tipográfica de Antônio Isidoro da Fonseca funciona em meados do século XVIII (1747-1749) de forma clandestina, pois Isidoro não teria recebido permissão régia para instalar sua tipografia no Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que apenas se terá uma Imprensa Oficial com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, ano em que é instalada a Imprensa Régia.¹²

Em segundo lugar, o frontispício da *Relação da entrada (...)* indica também que o documento conta “Com licenças do Senhor Bispo”¹³, desse modo, poderia ser publicado, todavia, essa permissão acaba gerando reações metropolitanas. Afinal, em um cenário de controle dos impressos que circulavam na América Portuguesa, se tinha uma rígida burocracia para que uma obra pudesse circular. Em especial no Rio de Janeiro, cidade que por contar com um porto era mais suscetível de receber obras, vindas da Europa, contrárias à Igreja e à Monarquia Portuguesa.¹⁴ Sendo assim, para que um impresso se tornasse passível de circulação, eram necessárias as licenças régias e inquisitoriais. Entretanto, a *Relação da entrada (...)* tem permissão para circular, em 7 de fevereiro de 1747, apenas por autorização do bispo D. Antônio do Desterro, sem que as instâncias censórias fossem consultadas. Disto resulta a repressão metropolitana do Conselho Ultramarino, por meio de carta régia, já em 1747, o fechamento de sua oficina tipográfica e o retorno de Antônio Isidoro da Fonseca para Portugal, em 1749, por pressão da ação inquisitorial (Santo Ofício).¹⁵

Apesar dos caminhos até aqui trilhados, reconhecemos que os fatores que impulsionaram a publicação da *Relação da entrada (...)* permanecem misteriosos. Neste sentido, ainda são necessários novos documentos e novas análises para que se esclareça o vínculo existente entre o bispo, o escritor e o tipógrafo Antônio Isidoro da Fonseca. Além disso, os motivos que possibilitaram que este último conseguisse a aprovação para realizar a impressão da obra no contexto acima explicitado, de censura dos impressos no Rio de Janeiro do século XVIII, ainda permanecem sendo incógnitas a serem desvendadas.

¹² BRAGANÇA, Aníbal. *Antônio Isidoro da Fonseca, Frei Veloso e as origens da história editorial brasileira*. Comunicação apresentada no XXX Congresso de Ciências da Comunicação – Santos: 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. p. 1-15.

¹³ CUNHA, Op. cit., frontispício.

¹⁴ CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Ed. 2004. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 145-155.

¹⁵ BARROS, Jerônimo Duque Estrada de. *Impressões de um tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Metodologia

Como instrumento de leitura da “Relação da entrada (...)” utilizaremos do método empregado pelo historiador português José Pedro Paiva na análise de um conjunto de relações da entrada entre 1741-1757, momento de restabelecimento de boas relações entre a Coroa Portuguesa (D. João V) e a Santa Sé, após um período conturbado de conflitos. Tal método consiste em compreender a estrutura morfológica da entrada episcopal, algo comum em uma cerimônia que era regulamentada, e depois empregar uma abordagem exegética, tratando do significado do cerimonial.¹⁶ Vale frisar que José Pedro Paiva foi pioneiro com sua pesquisa, apresentando, em fins do século XX, um tema pouco explorado pela historiografia: as cerimônias de afirmação do poder episcopal. Vejamos as duas etapas para analisar uma relação da entrada.

1º) Morfologia do Ritual: Análise dos seis momentos básicos e comuns a toda e qualquer relação da entrada. Algo possível, por se tratar de uma cerimônia que era regulamentada por manuais. Como o *Cerimoniale episcoporum* (Cerimonial dos bispos), de 1600, feito por iniciativa do papa Clemente VIII e o tratado de cerimônias episcopais do português Lucas de Andrade, *Acçoens espiscopaes tiradas do Pontifical Romano e cerimonial dos bispos com hum breve compendio dos poderes e privilégios dos bispos* (1671). Para tornar mais clara uma visualização da uniformidade dos procedimentos nos cerimoniais de entrada episcopal, utilizaremos de uma citação do próprio José Pedro Paiva:

A dissecação da morfologia dos ritos de entrada que se acaba de executar sugere que estes tinham seis fases, ou tempos, ou estruturas fundamentais que resumiremos do seguinte modo. Em primeiro lugar, os momentos que antecederiam a chegada do bispo à Sé, isto é, os relatos das viagens e das comitivas. Em segundo lugar, os actos de recepção do bispo por parte dos vários corpos da cidade ainda fora de portas. Terceiro, o do encontro desta já numerosa comitiva com todos os que a aguardam à porta da cidade, local onde o bispo muda de trajes, beija a cruz e onde, eventualmente, pela boca de representantes do cabido ou da governança municipal, são proferidas algumas adornadas palavras de boas vindas e júbilo. Depois sucedia um dos momentos áureos da entrada que era a procissão que se desenrolava da porta da cidade até à Sé Catedral. A etapa seguinte, sem dúvidas a mais ritualizada, religiosa, privada, desenvolvia-se como vimos na Sé e terminava com o ingresso do bispo no paço episcopal. Por último, o conjunto variado de festejos que assinalavam o acontecimento.¹⁷

¹⁶ PAIVA, José Pedro. O cerimonial da estrada dos bispos nas suas dioceses: uma encenação de poder (1741-1757). *Revista de Histórias das Ideias*, Coimbra, vol. 15, p.121. 1993.

¹⁷ *Ibidem*, p. 133-134.

2º) **Exegese do Ritual:** Leitura interpretativa do significado destas cerimônias. Esta seria a segunda etapa na análise de uma relação da entrada e na presente pesquisa daremos ênfase a ela, pois reconhecemos a riqueza potencial possibilitada pelo seu desdobramento.

A narrativa: uma visão geral

A partir de agora iremos descrever, de forma geral, a narrativa presente na *Relação da entrada (...)*. Desta maneira, poderemos dar uma base maior aos apontamentos que serão realizados mais adiante.

Em 1º de dezembro de 1746, chegava ao porto do Rio de Janeiro o bispo D. Frei Antônio do Desterro, após uma longa viagem. O documento que informa sobre sua entrada na cidade demonstra, desde o seu princípio, a expectativa positiva que a chegada do prelado causava no povo: “se alvoraçarão os animos destes povos, na esperança de conseguirem hum Prelado, cheyo de tantas prendas, quantas se contem em tão qualificado sugeito”.¹⁸ Ao aportar na barra da cidade, Desterro, dado o seu alto nível de importância, foi prontamente recebido por um cortejo constituído pelas maiores autoridades cidadinas, dentre elas o governador Gomes Freire de Andrade e o Cônego Doutral Henrique Moreira de Carvalho, que exercia o cargo de governador do bispado enquanto o novo bispo ainda não havia sido empossado. Tendo recebido os cumprimentos devidos à sua pessoa, se dirigiu ao Mosteiro de São Bento (por ser beneditino), local que lhe serviu de aposento interino durante o período em que se recuperava da fadiga da viagem.¹⁹

O cansaço gerado pela viagem e a indisposição causada pelo longo tempo no mar fizeram com que o prelado só realizasse a sua entrada pública na cidade, um mês depois de sua chegada, no dia 1º de janeiro de 1747. Esta demora tornou possível uma maior preparação do cenário que iria ser percorrido durante a procissão. Editais foram emitidos pelo Senado da Câmara, com o sentido de normatizar o ornamento das ruas (com flores alcatifadas) e das janelas das casas (com ricas tapeçarias)²⁰ e especificar o dia, a hora, o percurso processional e os corpos sociais que deveriam comparecer na cerimônia. Sete arcos triunfais, minuciosamente descritos por Luiz Antônio Rosado da Cunha em diversas páginas da “Relação da entrada (...)”.²¹ foram erigidos no intuito de tornar o evento ainda mais aparatoso e acentuar o poder episcopal.

¹⁸ CUNHA, Op. cit., p. 4.

¹⁹ Ibidem, p. 5-8.

²⁰ Ibidem, p. 9-10.

²¹ Ibidem, p. 12-17.

Feitos os preparativos para o grande dia, reuniram-se os corpos sociais da *urbe* no fim da ladeira do Mosteiro de São Bento, onde se encontrava o primeiro arco e de onde partiria a procissão em direção à Catedral da Sé. O bispo, revestido de seus hábitos Pontificais, seguiu em direção ao seu destino, passando pelos setes arcos triunfais “primorosamente ornados”.²² Nesta etapa do registro, Rosado deu grande relevância à figura de Gomes Freire de Andrade que, montado a cavalo, cumprimentou o bispo e organizou a soldadesca que estava em prontidão nas ruas. Entretanto, também pôs em relevo a presença dos oficiais militares, dos membros da Câmara e principalmente dos indivíduos que cumpriram alguma função no cortejo, como os cidadãos que seguraram as varas do pátio e os sujeitos que carregaram a capa e o chapéu do bispo.²³

Terminada a procissão, Desterro chegou à Catedral da Sé, situada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Iniciava-se assim o momento mais ritualizado da cerimônia de entrada. Aqui, o secular dá lugar ao religioso e os membros do Cabido passam a interagir com o prelado. Após um conjunto de gestos, falas e ações extremamente ritualizadas, protocolizadas pelos manuais anteriormente citados, Desterro, já entronizado como bispo, despiu os hábitos pontificais. Findada esta etapa, tendo sido vestido com a sua “capa viatoria”, foi acompanhado por grande comitiva até o Palácio Episcopal, localizado no Morro da Conceição. Finalmente, os repiques de sino e as luzes das luminárias passariam a marcar as comemorações pelo acontecimento.²⁴ Nas palavras de Rosado: “a Cidade applaudia esta apetecida entrada de sua Excellencia Reverendissima”.²⁵

O cerimonial no período joanino

O reinado de D. João V evidencia o grande peso cerimonial conferido às expressões ritualísticas. Ao contrário do que se pode pensar, no entanto, isso não estava restrito apenas ao universo eclesiástico.

Sheila Conceição Silva Lima salienta que as ideias políticas durante o Setecentos também eram expressas mediante uma linguagem cerimonial.²⁶ Ao tratar da política diplomática portuguesa, demonstra que o desejo de D. João V era, em um cenário de crescimento da importância da diplomacia como forma de resolução de conflitos, afirmar a

²² Ibidem, p. 10.

²³ Ibidem, p. 10-12.

²⁴ Ibidem, p. 17-20.

²⁵ Ibidem, p. 20.

²⁶ LIMA, Sheila Conceição Silva. Em nome do pai, do filho e do poder joanino: Portugal e a santa sé na primeira metade do século XVIII. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

paridade de Portugal perante as demais potências europeias. Neste sentido, para obter tal reconhecimento, investiu em uma “política de representação junto à corte pontifícia, na qual se destacava a atuação do enviado e, posteriormente, embaixador André de Mello de Castro”.²⁷

Tendo em vista os objetivos da Monarquia Portuguesa, o Enviado Extraordinário de D. João V à Santa Sé, em 1707, tinha uma missão delicada. Ele deveria por meio de sua atuação “representar sua casa, isto é, sua corte, de tal maneira que o gabarito do rei representasse sua soberania”²⁸. Sua função era transmitir uma mensagem que afirmasse a grandeza do poder do rei e a paridade entre Portugal e as demais cortes europeias. Sua entrada pública em Roma, os seus dispendiosos gastos (patrocinados pela Coroa Portuguesa) e a sua postura no âmbito social contribuíram para a visualização e comunicação dessa mensagem.²⁹ Em síntese, “todas as formas de exibir a grandeza do reino português foram utilizadas pela *enviatura*”.³⁰

Posto isso, fica claro que o cerimonial era utilizado durante o século XVIII, especialmente no período joanino, como um meio de transmitir mensagens e afirmar poderes. E isso ocorria em múltiplas esferas, porque o mundo português estava falando uma linguagem cerimonial e o objetivo parecia ser apenas um: o de se fazer representar. Evidentemente, grande parte dos cerimoniais tinha o objetivo de representar algo e os registros destas cerimônias, na maioria dos casos, tinham um significado que ia muito além de um simples relato, o que pode ser observado através do exame da *Relação da entrada (...)*.

Significado da “Relação da entrada (...)”: para além de um simples relato

Por meio de uma reflexão, compreendemos que a *Relação da entrada (...)* mais do que apenas recontar o cerimonial da entrada do bispo D. Antônio do Desterro no bispado do Rio de Janeiro, pode nos informar sobre a dinâmica social da sociedade fluminense em meados do século XVIII e sobre os mecanismos de manutenção da ordem social. Isso ocorre porque o ritual:

1) Realiza uma certa representação da sociedade fluminense de meados do século XVIII, de forma ordenada, hierárquica e tripartida: Desse modo, atualiza um ideal de três ordens oriundo da antiga classificação indo-europeia, que interpreta e divide a sociedade em clero, nobreza e povo, e enseja distinções entre os corpos sociais, tal como postula Beatriz Catão Cruz

²⁷ Ibidem, p. 24.

²⁸ Ibidem, p. 25.

²⁹ Ibidem, p. 51, 56, 58.

³⁰ Ibidem, p. 58.

Santos quando trata das procissões de Corpus Christi na América Portuguesa.³¹ Todavia, vale ressaltar que, especificamente na representação da sociedade apresentada pela *Relação da entrada (...)*, alguns aparecem e outros não. Isso nos leva ao segundo ponto.

2) Produz uma memória social e política que ressalta a existência e atuação de determinados setores sociais e/ou indivíduos em detrimento de outros: Sendo assim, observamos certo protagonismo do bispo e do governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, no relato da entrada, contudo, em contrapartida, setores sociais mais baixos e a população negra são invisíveis ou praticamente invisíveis no documento. Portanto, ao que tudo indica, a preservação de uma memória desses estratos sociais não era relevante.

3) É um instrumento de afirmação e encenação do poder episcopal perante os demais corpos sociais da cidade: Em uma sociedade de iletrados ver e ser visto era de suma importância, um meio eficaz das massas populares assimilarem a ordem social e as hierarquias existentes. Notadamente, havia um caráter pedagógico e comunicador por trás do cerimonial, assim como é percebido nas procissões de Corpus Christi.³² Nesse evento, a posição de destaque que o bispo D. Antônio do Desterro assumiu na procissão que foi do Mosteiro de São Bento até a Catedral da Sé era um reflexo direto da sua posição dentro da hierarquia social da sociedade fluminense. Além disso, por essa lógica, os demais indivíduos que estavam envolvidos no cerimonial da entrada tinham também seus lugares sociais afirmados e/ou legitimados pela sua participação nele. Como os que seguravam as varas do púlpito, a capa e o chapéu do bispo. Por fim, as participações e posições desempenhadas por cada pessoa no ritual, longe de serem apenas momentos efêmeros de obtenção de prestígio e *status*, também eram eternizadas nos relatos escritos. E um exemplo bem elucidativo é dado pelo próprio Luiz Antônio Rosado da Cunha:

(...) e conduzido sua Excellencia Reverendíssima para o Altar Mayor afim de se practicarem as ceremonias do Ritual Romano, se revestio de Pontifical, e à porta principal do Convento o esperou o Senado, para receber a benção de sua Excellencia Reverendíssima onde se achavão oito Cidadoens, para pegarem nas varas do Pallio, como se lhes havia determinado, e o Illustrissimo Excellentissimo General, e Senado, seguirão processionalmente a sua Excellencia Reverendíssima e porque nesta Cidade se achava João Malheiro Reymão Pereyra, Fidalgo da Caza de sua Magestade; Irmão de sua Excellencia Reverendíssima Ouve por bem o mesmo Excellentissimo, e Reverendíssimo Senhor, que pela razão do vínculo, lhe servisse de seu Caudatario, e ao chapeo, Christovão Monis Barreto de Menezes, e na Capa Viatoria, Thomaz de

³¹ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Os senhores do bispo: a intervenção do bispado na procissão de Corpus Christi no século XVIII. *Revista Tempo*, v. 16, n. 33, p. 181. 2012.

³² Idem.

Gouvea Coutinho, que o affecto, e distinção de suas pessoas os dispôs para este emprego, que sua Excellencia Reverendíssima lhes destinou (...).³³

Considerações Finais

Em suma, as cerimônias realizam uma espécie de teatralização da vida social, onde o espaço da cidade é o cenário e os indivíduos e estratos sociais são os atores. Por conseguinte, mais do que apenas relatar um acontecimento de extrema importância para o bispado do Rio de Janeiro, que é a chegada de um novo prelado, o ritual de entrada do bispo D. Antônio do Desterro, registrado na “Relação da entrada (...)”, figura como um importante instrumento de afirmação/encenação do poder episcopal e de manutenção e produção de uma dada ordem social, alinhada aos interesses hegemônicos da Igreja Católica e da Monarquia Portuguesa. Deste modo, acreditamos que sua análise mostra-se como sendo um meio válido de obtenção de maiores informações sobre os aspectos que norteiam a dinâmica social da sociedade fluminense de meados do século XVIII. Mesmo que de maneira introdutória, esse artigo teve o objetivo de mostrar um pouco dessa contribuição.

Referências Bibliográficas

Fontes Impressas

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas à jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1820, vol. 5.

CUNHA, Luiz Antônio Rosado da. *Relação da entrada que fez o Excellentissimo, e Reverendissimo senhor D. Antonio do Desterro Malheyro Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747 havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola donde por nominação de Sua Magestade, e Bulla Pontifica, foy promovido para esta Diocesi. Composta pelo Doutor Antonio Rosado da Cunha Juiz de Fóra, e Provedor dos defuntos, Capellas, e Resíduos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Na Segunda officina de Antonio Isidoro da Fonceca, Anno de M.DCC.LXVI.

Teses e Dissertações

BARROS, Jerônimo Duque Estrada de. *Impressões de um tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

³³ CUNHA, Op. cit., p. 11-12.

LIMA, Sheila Conceição Silva. Em nome do pai, do filho e do poder joanino: Portugal e a santa sé na primeira metade do século XVIII. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Comunicações

BRAGANÇA, Aníbal. *António Isidoro da Fonseca, Frei Veloso e as origens da história editorial brasileira*. Comunicação apresentada no XXX Congresso de Ciências da Comunicação – Santos: 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. p. 1-15.

Artigos de Periódicos

PAIVA, José Pedro. O cerimonial da estrada dos bispos nas suas dioceses: uma encenação de poder (1741-1757). *Revista de Histórias das Ideias*, Coimbra, vol. 15, p.117-146. 1993.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Os senhores do bispo: a intervenção do bispado na procissão de Corpus Christi no século XVIII. *Revista Tempo*, v. 16, n. 33, p. 165-190. 2012.

Capítulos de Livro

PEREIRA, Ana Margarida Santos. A legislação sobre escravos no episcopado de D. Frei António do Desterro, Rio de Janeiro (1747-1773). In: OLIVEIRA, Anderson José Machado de; MARTINS, William de Souza (Orgs.). *Dimensões do catolicismo no Império português (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 267-295.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Reflexões sobre um percurso de pesquisa: o Mosteiro de São Bento e o culto de São Gonçalo do Amarante. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, António Carlos Jucá de. *Arquivos paroquiais e História Social na América lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 303-328

Livros

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Ed. 2004. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.